

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- TRABALHO

O SABER CONTRA-HEGEMÔNICO COMO CONHECIMENTO

Letícia Fraga¹
Joel Anastacio²
Elisangela Wilchak Queiroz³

Resumo: O objetivo deste projeto é possibilitar que os acadêmicos participantes tenham oportunidade de construir ações pedagógicas diversas a partir de uma perspectiva outra, que atenda de fato a demandas indígenas, uma vez que as ações partirão deste olhar. Metodologicamente, nos basearemos em Leyva e Speed (2008), que defendem o co-labor, segundo o qual “profissionais e comunidade [identificam] conjuntamente os problemas a resolver, deliberam ações a respeito e avaliam autonomamente o processo” (AMARAL, 2015). O referencial teórico se sustentará nos trabalhos de intelectuais indígenas, como Inácio (2010) e Benites (2012), sendo que a primeira trata da pedagogia Kaingang e o segundo, da pedagogia Guarani. O conjunto das ações a serem desenvolvidas abrangerão: a) Debater a presença indígena na sociedade brasileira em geral, com vistas a ampliar sua visibilidade; b) Estudar pedagogias outras (como a Kaingang e a Guarani); c) Promover a interação entre universidade e escolas, indígenas e não indígenas, por meio de debates, discussões, eventos e da distribuição dos materiais didáticos; d) Elaborar e sistematizar propostas de materiais que contribuam para disseminar conhecimento sobre povos indígenas juntamente com eles, os quais partam de políticas linguístico-educacionais adequadas na perspectiva indígena; e) Dar andamento às atividades do Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI).

Palavras-chave: Pedagogia indígena. Povos Indígenas. Coletivo de Estudos e Ações Indígenas.

NOME DO PROGRAMA OU PROJETO

Saberes outros: Estudos e ações indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Comunidade universitária, comunidade externa, professores em formação continuada das escolas participantes (indígenas e não-indígenas), alunos das escolas participantes (indígenas e não indígenas).

LOCAL DE EXECUÇÃO

¹ Coordenadora do projeto de extensão; UEPG; Letras; leticiafraga@gmail.com.

² Membro de execução do projeto; UEPG; Agronomia; joelanastacio22@gmail.com.

³ Membro de projeto de extensão; UEPG; Mestrado em Estudos da Linguagem; elisangelawq@gmail.com.

Laboratório de Estudos do Texto e escolas participantes, situadas nos municípios de Ponta Grossa, Mangueirinha e Inácio Martins.

MUNICÍPIOS ATINGIDOS

Ponta Grossa, Mangueirinha, Inácio Martins.

JUSTIFICATIVA

Esse projeto se justifica pelo fato de que, ainda atualmente, a versão “oficial” da história do Brasil e da América Latina que prevalece em livros didáticos, é contada a partir do ponto de vista do colonizador. Diferentemente da ideologia que se tentou implantar no México, de que todos são mestiços, “no Brasil, a política de genocídio dos povos indígenas, aliada à política de branqueamento da população afrodescendente gerou uma outra narrativa nacional, na tentativa de se forjar a imagem de um país que se queria (ou que alguém queria) ‘todo branco e católico’, ideologia essa até hoje muito presente e no imaginário” (GOMES, 2012, p. 10, destaque do original). Dessa forma, a presença indígena na história do nosso país é relegada à época do descobrimento e invisibilizada nos dias atuais, o que inclui a invisibilidade da cultura indígena, concebida como “outra cultura”, que mesmo sendo considerada outra, quando conhecida, “revela muito sobre a ‘nossa cultura’”, as quais estão em constante interação, razão pela qual, segundo “Raimon Panikkar [...] seria o único modo de conhecer as culturas [realizando] um “diálogo intercultural” (apud GOMES, 2012, p. 12, grifos da autora).

Em termos de políticas linguístico-educacionais, as voltadas às comunidades de línguas/culturas minoritárias alternaram “momentos de indiferença e de imposição severa de medidas prescritivas e proscritivas” (CAVALCANTI, 1999, p. 4). No século XVIII, por exemplo, o Marquês de Pombal, através do Diretório dos Índios (1758), estabeleceu que a única língua que podia ser falada era o português. Na sequência, o processo de imposição da língua portuguesa como única foi ratificado pela chamada política de nacionalização do ensino implementada a partir de 1938 pelo governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que fechou escolas e proibiu o uso de línguas indígenas bem como das línguas de imigrantes, principalmente alemão e italiano.

Como resultado desses processos, a língua portuguesa e a cultura eurocêntrica substituíram as outras línguas que eram faladas e culturas presentes no país por força de lei e também “de mecanismos sociais que ganharam força com a evolução dos meios de

comunicação de massa, o processo acentuado de urbanização e, conseqüentemente, a penetração maior do português através de elementos exógenos” (CAVALCANTI, 1999, p. 6). Há autores que afirmam que no âmbito das políticas linguístico-educacionais em defesa da educação multilíngue e dos direitos linguístico-culturais das comunidades indígenas houve avanços (ALTENHOFEN, 2004, p. 85), porém defendemos que ainda há muito que se fazer nesse sentido e também no âmbito das comunidades bídialetais/rurbanas (quilombolas/comunidades negras rurais), especialmente no estado do Paraná. Desse modo, justificamos este projeto considerando a importância de, a partir da realização de um levantamento do que se tem feito (que ainda é desconhecido) em termos de políticas linguístico-educacionais, no que diz respeito a pedagogias “outras”, que tratam de línguas e culturas minoritárias aqui presentes a partir de um referencial teórico que se sustenta nos trabalhos de intelectuais indígenas, como Inácio (2010) e Benites (2012), sendo que a primeira trata da pedagogia Kaingang e o segundo, da pedagogia Guarani.

OBJETIVOS

- Possibilitar que os acadêmicos participantes (dos diversos cursos de graduação e do Mestrado em Estudos da Linguagem) tenham oportunidade de construir ações pedagógicas diversas a partir de uma perspectiva outra, que atenda de fato a demandas indígenas, uma vez que as ações partirão deste olhar.
- Debater a presença indígena na sociedade brasileira em geral, com vistas a ampliar sua visibilidade;
- Estudar pedagogias outras (como a Kaingang e a Guarani);
- Promover a interação entre universidade e escolas públicas, indígenas e não indígenas, por meio de debates, discussões, eventos, elaboração e distribuição de materiais didáticos;
- Elaborar e sistematizar propostas de materiais que contribuam para disseminar conhecimento sobre povos indígenas juntamente com eles, os quais partam de políticas linguístico-educacionais adequadas na perspectiva indígena;
- Dar andamento às atividades do Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI).

METODOLOGIA

Metodologicamente, nos basearemos em Leyva e Speed (2008), que defendem o co-labor, segundo o qual “profissionais e comunidade [identificam] conjuntamente os problemas

a resolver, deliberem ações a respeito e avaliem autonomamente o processo” (AMARAL, 2015).

Amaral (2015) traz a questão da proposta de pesquisa decolonial que visa ao trabalho "com" comunidades indígenas e Leyva e Speed (2008) tratam do trabalho coletivo. Enfim, para discutir ética na pesquisa com comunidades indígenas, nos apoiaremos em Silva e Grubtis (2006). Sobre o trabalho colaborativo, Fernandes (2015, p. 331) afirma que estes " [...] são ressignificad[o]s, reelaborad[o]s e redefinid[o]s a partir das percepções de cada povo". Além disso, Fernandes (2015, p. 333) afirma que:

De “objeto de estudo” as comunidades indígenas passam a sujeitos na elaboração de conhecimento sobre si mesmas, se apropriando dos referenciais ocidentais para compreender os processos históricos de dominação, subordinação e assimilação, reagindo e reescrevendo as histórias a partir de epistemologias e cosmovisões próprias, desafiando a academia à revisão das posturas historicamente europeizadas, elitizadas e ocidentalizadas. (FERNANDES, 2015, p. 333)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esteja iniciando em 2018, este projeto é continuação de uma trajetória extensionista que se volta para a questão do estudo da temática indígena e para as ações que advêm daí. No momento estão em desenvolvimento 4 ações relativas ao projeto: a) Levantamento das árvores nativas da Terra Indígena de Mangueirinha por meio de técnicas tradicionais Kaingang; b) Atendimento odontológico na Terra Indígena de Mococa (PR): a importância da inclusão da língua Kaingang; c) Ilustração de livro de histórias Guarani M'bya: a escolha da linguagem visual; d) O desafio da construção conjunta de instrumentos de coleta de dados em pesquisas "com" comunidades indígenas. Está em andamento também a editoria do livro “Histórias de um Guarani”, livro de narrativas do Sr. Nelson Florentino, escrito em Guarani, Português e Espanhol. Já foram coletados dados para produção de material audiovisual com a finalidade de ampliar o acervo relativo à língua Guarani. No contexto da UEPG, o CEAI promoverá ao menos 2 eventos de temáticas interdisciplinares que os estudantes indígenas coordenarão.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística**

Iberoamericana, Frankfurt a.M., v. 3, p. 83-93, 2004. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1035976>>. Acesso em: 05 Mai 2018.

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. 2015. 158 p.

BENITES, Tônico. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá impactos e interpretações indígenas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. v. 500. 120p

CAVALCANTI, Marilda do Couto. Studies on bilingual education and schooling in Brazilian contexts of linguistic minorities. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. spe, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Mar 2007.

FERNANDES, Rosani de Fatima. POVOS INDÍGENAS E ANTROPOLOGIA: NOVOS PARADIGMAS E DEMANDAS POLÍTICAS. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 322-354, jan./jun. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Elisa/Downloads/53317-233084-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Prólogo. In: PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela. **Povos indígenas e escolarização**: Discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

INÁCIO, Andila Nĩvygsãnh. VËNH KANHRÃN. In: MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko; ARENHALDT, Rafael (Org.). **Memórias e afetos na formação de professores**. 01. ed. Pelotas - RS: UFPEL, 2010. p. 43-69.

SILVA, Maíra Pedrosa Corrêa da; GRUBTIS, Sonia. Relações Éticas em Pesquisas com Populações Indígenas. Publicado em "**Psicologia Ciência e Profissão**", vol. 1, p. 46-57, ISSN 1414-9893, Brasília, 2006.

LEYVA, Xochitl Solano; SPEED, Shannon. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. In: LEYVA, Xochitl Solano; BURGUETE, Araceli; SPEED, Shannon. **Gobernar (en) la diversidad**: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor. 1. ed. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2008, p. 66-110.